

LONGEVIDADE

Desafio de financiar a aposentadoria aumenta

Gaúchos que chegam aos 60 anos vivem, em média, mais 22,7 anos

Gabriel Margonar

gabrielm@jcrs.com.br

Passar décadas juntando dinheiro para a aposentadoria é apenas a primeira parte do planejamento financeiro. Quando chega a hora de parar ou reduzir o ritmo de trabalho, surge uma segunda pergunta, menos discutida: como transformar o patrimônio acumulado em renda e fazer com que o dinheiro dure até o fim da vida?

A questão ganha importância conforme a aposentadoria se alonga. No Rio Grande do Sul, onde 20,6% da população já tinha 60 anos ou mais em 2024, quem chega aos 60 vive, em média, outros 22,7 anos. Em 2050, a projeção supera 25 anos. Na prática, não é mais excepcional planejar uma aposentadoria que dure duas ou até três décadas.

É nesse cenário que começa a ganhar relevância uma etapa conhecida no mercado como desacumulação: depois de passar boa parte da vida formando uma reserva, é preciso definir a velocidade e a maneira de consumi-la.

“Na acumulação, o tempo joga a nosso favor. Mas, a partir do momento em que precisamos transformar esse patrimônio em renda, o tempo pode começar a jogar contra nós, principalmente por causa da longevidade”, explica Rafael Nascimento de Cordova, planejador financeiro CFP pela Planejar.

O Brasil ainda está muito mais acostumado à primeira parte dessa história. Segundo João Batista Mendes, diretor estatutário da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), quase 12 milhões de pessoas possuem planos de previdência privada no País. Desse universo, apenas cerca de 84 mil chegaram à fase de saída e optaram por receber os recursos na forma de renda.

A expectativa é de que essa proporção comece a mudar conforme a população envelhece e milhões de participantes atualmente em fase de acumulação se aproximem da aposentadoria. E, quando esse momento chega, a decisão está longe de se resumir a simplesmente sacar o dinheiro.

Uma das possibilidades é transformar o patrimônio em renda vitalícia. Nesse modelo, a reserva



TÂNIA MEINERZ/JC

Planejar a aposentadoria também significa definir como transformar o patrimônio acumulado em renda para toda a vida

dá origem a pagamentos mensais que continuam enquanto o aposentado estiver vivo. Cordova compara a modalidade a um “seguro de vida ao contrário”: enquanto o seguro tradicional protege a família contra o risco de uma morte precoce, a renda vitalícia protege o próprio aposentado contra o “risco financeiro” de viver muito.

Se chegar aos 90, 100 ou 110 anos, continuará recebendo. A segurança, porém, tem uma contrapartida: na conversão, o cliente deixa de ter livre acesso ao patrimônio que deu origem à renda. Na modalidade vitalícia simples, se morrer pouco depois de começar a recebê-la, o pagamento é encerrado. Existem alternativas reversíveis ao cônjuge ou a outros beneficiários, mas a inclusão dessas garantias tende a reduzir o valor mensal.

Há quem prefira permanecer no controle. Nesse caso, o dinheiro continua investido e o aposentado faz retiradas periódicas conforme as necessidades. Cordova compara a estratégia a uma caixa-d'água cuja torneira fica nas mãos do próprio titular.

A vantagem é a flexibilidade e a possibilidade de deixar o saldo remanescente aos beneficiários. O risco é abrir demais a torneira: gastos elevados, retornos menores ou uma vida mais longa podem fazer o

dinheiro terminar antes.

Entre os dois caminhos, também existem rendas contratadas por prazo determinado, como dez, 15 ou 20 anos. O valor mensal pode ser maior do que em uma renda vitalícia para um mesmo patrimônio, mas há uma data para o pagamento terminar.

As alternativas, porém, deixaram de precisar ser uma escolha de tudo ou nada. Mudanças recentes nas regras ampliaram a flexibilidade para combinar formas de recebimento. Mendes exemplifica com alguém que chega aos 65 anos com R\$ 1 milhão: em vez de converter toda a reserva, pode destinar R\$ 200 mil a uma renda por cinco anos e manter os R\$ 800 mil restantes investidos. Depois, toma uma nova decisão.

“Para muita gente, aquele patrimônio é o principal ou até o único dinheiro acumulado durante a vida”, observa o diretor da Fenaprevi. “A possibilidade de fracionar a reserva permite manter recursos disponíveis para uma emergência, uma necessidade familiar ou uma despesa inesperada”, continua.

Uma simulação feita por Cordova a pedido do Jornal do Comércio ajuda a dimensionar essa conta. Para receber uma renda complementar de R\$ 3 mil mensais dos 65 aos 90 anos, considerando retorno

real de 4% ao ano, seria necessário chegar à aposentadoria com cerca de R\$ 572,6 mil caso a estratégia seja consumir gradualmente o patrimônio até zerá-lo aos 90 anos de idade.

Outra alternativa seria preservar o patrimônio e retirar apenas os rendimentos. Para produzir os mesmos R\$ 3 mil mensais sem consumir o principal, entretanto, o capital necessário sobe para R\$ 916,4 mil - cerca de 60% a mais. Nesse caso, a reserva não se esgota e ainda pode permanecer como herança.

O cálculo também mostra quanto custa adiar o planejamento. Quem começa aos 30 anos precisaria investir R\$ 636 por mês para alcançar os R\$ 572,6 mil aos 65. Começando aos 40, são R\$ 1.125; aos 50, R\$ 2.341; e, aos 60, R\$ 8.653 mensais.

Ou seja, para perseguir exatamente o mesmo objetivo, quem começa aos 60 precisa guardar por mês cerca de 13 vezes o valor necessário a quem iniciou aos 30. “A renda complementar para a aposentadoria pode ser ‘comprada’ de duas formas: com tempo ou com o dinheiro propriamente”, resume Cordova.

Na prática, entretanto, mesmo os R\$ 636 mensais da simulação mais barata estão longe da realidade de uma parcela dos brasileiros.

Em 2025, 38% dos trabalhadores estavam na informalidade e o rendimento médio real do trabalho era de R\$ 3.560. E, para a professora de Ciências Atuariais da Ufrgs Máris Caroline Gosmann, esse limite precisa entrar na discussão.

“É muito fácil dizer que todo brasileiro deveria investir 10% ou 15% da renda durante 30 anos. Matematicamente, é um excelente conselho. Economicamente, porém, uma parcela enorme da população simplesmente não possui um excedente mensal estável para fazer isso”, afirma.

A Previdência Social, portanto, continuará no centro da renda dos idosos. Em dezembro de 2025, 65% das aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tinham valor de até um salário mínimo. Para quem recebia salários mais altos durante a vida profissional, surge ainda a diferença entre o benefício e o padrão de renda anterior. O teto do RGPS é de R\$ 8.475 em 2026.

Máris acredita que a aposentadoria tende, por isso, a ser cada vez mais construída em camadas: Previdência Social, previdência complementar, patrimônio financeiro, imóveis, outras fontes de renda e, eventualmente, a continuidade parcial no mercado de trabalho.